



Concordo com a proposta de abertura do procedimento de classificação do Chafariz da Junqueira

13.11.2024

João Spalheiro  
Presidente  
Património Cultural, I.P.

concordo com a proposta de abertura do procedimento de classificação.

A consideração superior,  
Paula Figueiredo

07.02.2023

INFORMAÇÃO n.º 0004/DBC/DICA/2023

data: 27.01.2023

CS: 1647431  
Património Cultural, I.P.

processo n.º: DICA/2022/11-06/13/CL/909 – CS 245477

assunto: Proposta de abertura do procedimento de classificação do Chafariz da Junqueira, na Rua da Junqueira, entre os n.ºs 154 e 156, Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)<sup>1</sup>.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda).

<sup>1</sup> Nomeadamente o disposto no artigo 17.º, Critérios genéricos de apreciação: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respectivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A concepção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória colectiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da porenidade ou da integridade do bem, critérios complementados pelos valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade elencados no n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei.



## 2. ANTECEDENTES

- Em 14.11.2022 deu entrada na DGPC um requerimento de classificação respeitante ao Chafariz da Junqueira, enviado por email, e subscrito pelo Fórum Cidadania LX - Associação. O requerimento, formulado por escrito, fornece os dados básicos solicitados no *Modelo de Requerimento Inicial* aprovado pelo Despacho n.º 7931/2010, do Secretário de Estado da Cultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio.
- Por despacho de 22.11.2022 da Chefe de Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo foi solicitada à signatária a informação da proposta, tendo em vista a tomada de decisão relativamente à abertura ou arquivamento do procedimento.
- O imóvel foi visitado para os devidos efeitos.
- Procedeu-se, no seguimento do despacho acima referido, à instrução do dossier (processo) com a proposta de eventual classificação do Chafariz da Junqueira.

## 3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR

O Chafariz da Junqueira, também conhecido por Chafariz da Cordoaria, encontra-se integralmente abrangido pela zona especial de proteção conjunta da Capela de Santo Amaro, classificada como monumento nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910, da Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 45/93, de 30 de novembro, do Palácio Burnay, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro, e da sala designada «Salão Pompeia» no antigo Palácio da Ega, classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 37 728, de 5 de janeiro de 1950, e pela zona especial de proteção do Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria, também denominado «Cordoaria Nacional», «Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira» ou «Real Cordoaria da Junqueira», classificado como monumento nacional pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março, estando ainda parcialmente abrangido pela zona geral de proteção da Quinta das Águias, também denominada «Quinta de Diogo de Mendonça», «Quinta do Visconde da Junqueira», «Quinta do Prof. Lopo de Carvalho» ou «Quinta dos Côrte-Real», classificado como imóvel de interesse público pelo mesmo decreto acima enunciado (Fig. 1).



Fig. 1 - Planta de delimitação das servidões do património cultural (Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação) e localização do Chafariz da Junqueira. Consultado em dezembro/2022.

Encontra-se igualmente incluído na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (Carta Municipal do Património) de Lisboa, na secção Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis, com o n.º 02.52 - Chafariz da Junqueira / Rua da Junqueira, entre os n.ºs 154 e 156 (também Chafariz da Cordoaria).

No que respeita ao PDM de Lisboa (Fig. 2), encontra-se abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 09 – Ocidental, em área de Nível Arqueológico III (áreas condicionadas de potencial valor arqueológico) e em área relativa a Espaço Central e Habitacional - Traçado Urbano A Consolidado (Planta de qualificação do espaço urbano).

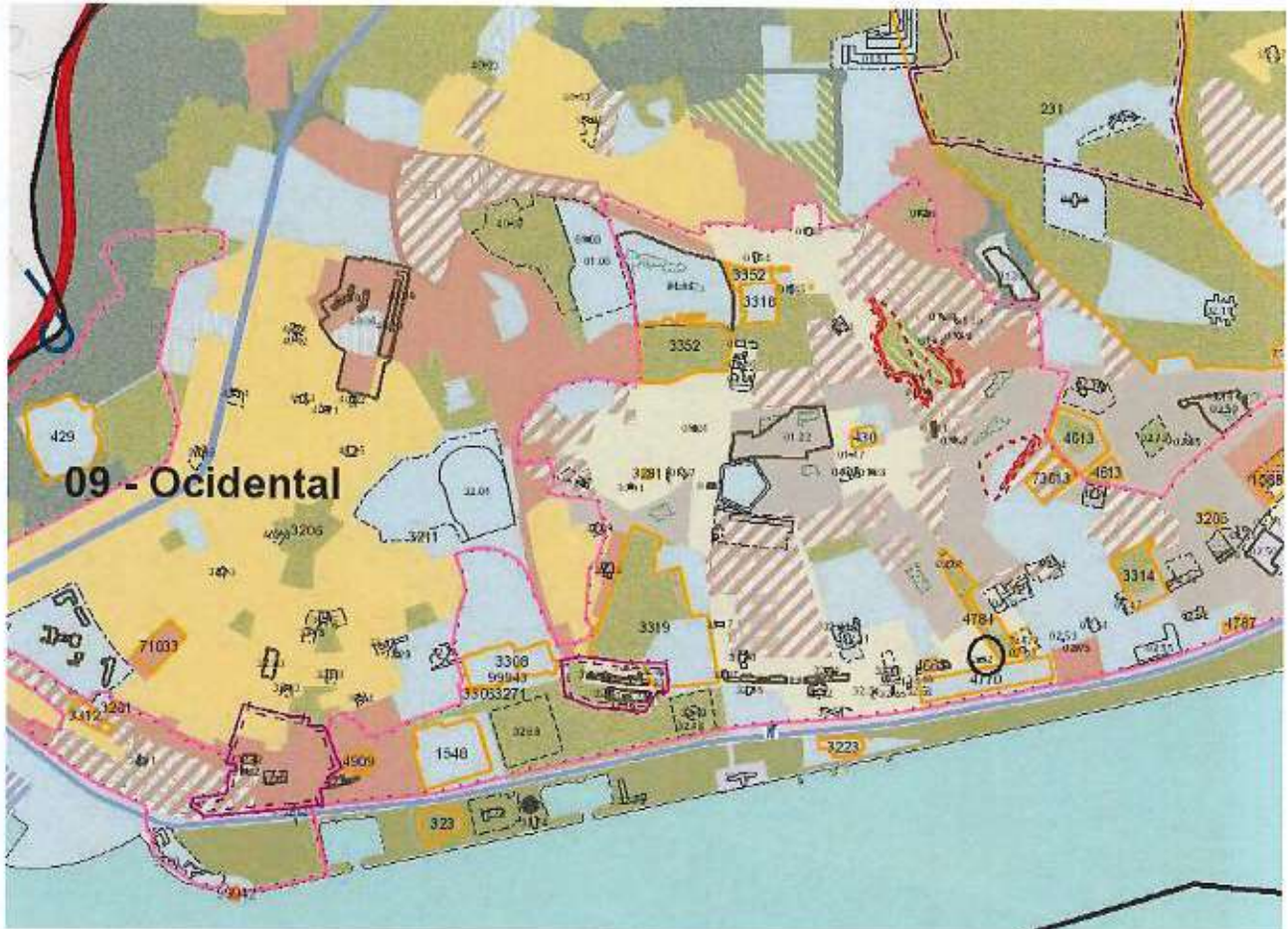


Fig. 2 – PDM em vigor - Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano.

#### 4. INSTRUÇÃO

##### Breve memória histórica e enquadramento socio-urbanístico

A atual Rua da Junqueira deve o nome aos juncos dominantes na densa zona de pântano que constituía a foz do rio Seco, antiga praia do Tejo progressivamente separada deste através de sucessivos aterros, mas sempre conservando a sua feição de eixo ribeirinho da cidade que se ia expandindo para Ocidente. A abundância de água no local fizera com que aí se fossem abrindo pedreiras e cultivando hortas, pomares e vinhas desde, pelo menos, o século XIV, a partir da doação feita por D. Dinis de diversos casais e herdades do seu largo "Reguengo de Algés" ao Mosteiro de Odivelas.

O seu desenvolvimento urbanístico teve particular impulso no século XVIII, quando a vasta Quinta das Caldas, vinculada aos Saldanha (Morgado da Junqueira) desde o ano de 1558, começou a ser desmembrada pelo aforamento dos terrenos voltados para a via principal, proporcionando o aparecimento de várias quintas nobres e palacetes de veraneio, num movimento que se intensificou ao longo da centúria seguinte. A partir desta altura, o correspondente troço da antiga estrada que corria desde o início da Calçada de Santo Amaro até ao começo da Calçada da Ajuda, funcionando como ligação entre Alcântara e Belém, passou a designar-se por Junqueira, honrando um topónimo que já estava referenciado, pelo menos, desde o século XIII.

Embora no início do século XIX Lisboa já contasse com água trazida dos arredores da cidade e distribuída pelo Aqueduto das Águas Livres, esta distribuição continuava a ser feita através dos chafarizes públicos, reforçando a importância que tais equipamentos assumiam na cidade. Os mais de 58.000 metros de comprimento das ramificações do aqueduto, triplicando o volume de água que chegava a Lisboa nos finais do século XVIII, passaram a abastecer também casas nobres, conventos e edifícios industriais, para além das ruas, pelo que a rede permanecia insuficiente para as necessidades da capital em desenvolvimento. Só em 1852 teve início a criação de uma rede domiciliária de água em Lisboa; até lá, multiplicavam-se os chafarizes, monumentais ou de pequena dimensão, geralmente construídos após continuadas exigências da população.

Na Junqueira, a necessidade de água ia acompanhando a urbanização da via pública principal, dominada por casas senhoriais e respetivos terrenos e por habitação burguesa, para além do pequeno casario de raiz operária, ou ligado à pesca, que ocupava as ruelas e travessas perpendiculares, e ainda alguma ocupação industrial. O país vivia então uma situação de crise acentuada, com a ausência da Família Real no Brasil, pelo que o investimento público era reduzido.

Em abril de 1821, na mesma altura em que D. João VI regressava a Lisboa, a Junta das Águas Livres era impedida, por aviso régio, de empreender qualquer outra obra antes da conclusão do chafariz da Junqueira (Fig. 3), de que ficou encarregado Honorato José Correia de Macedo e Sá,



Fig. 3 – Chafariz da Junqueira em 1895 (Chaves Cruz, AML).



arquiteto geral da Cidade e das Águas Livres, discípulo e sucessor no cargo de Francisco António Ferreira Cangalhas, com quem já colaborara no projeto do Chafariz das Laranjeiras (1791-95). Por esta altura, Honorato Correia de Macedo já apresentara dois projetos para o futuro chafariz do Desterro, um dos quais, gizado em conjunto com o arquiteto Henrique Guilherme de Oliveira, viria a ser erguido no ano de 1823, durante a arrastada obra da Junqueira, decorrida entre 1821 e 1828.

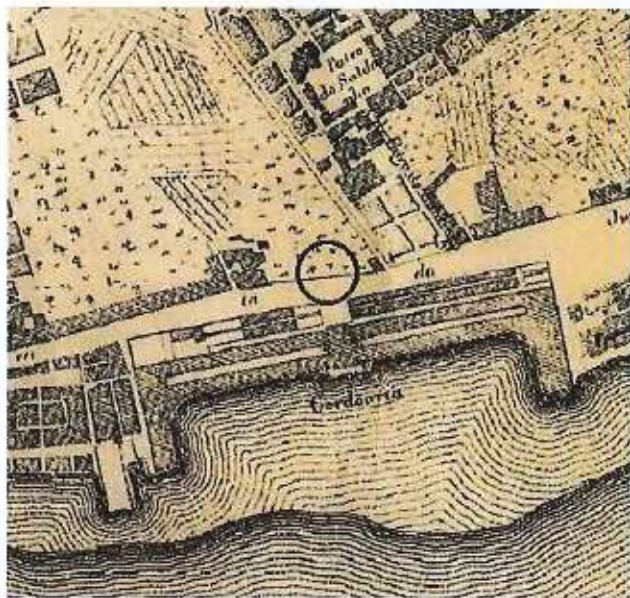


Fig. 4 - Carta Topographica de Lisboa de Duarte Fava (1807).

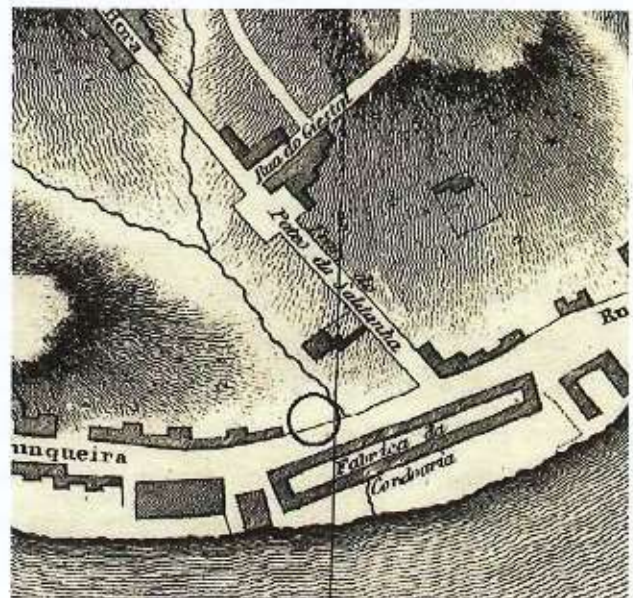


Fig. 5 - Mapa da Cidade de Lisboa o do Belém, Duque Wellington (1812)

O chafariz foi erguido numa parcela de terreno que a cartografia coeva apresenta ainda livre de construções (Figs. 4 e 5), no seguimento da propriedade nomeada, em mapas do início do século XX, como Quinta do Lamas<sup>2</sup>, a pouca distância do curso do rio Seco, que limitava, a E, a Quinta das Águias.

Situa-se precisamente a eixo do corpo principal da Fábrica Nacional de Cordoaria / Cordoaria



Fig. 6 – Relação entre o Chafariz da Junqueira e a Cordoaria Nacional.

<sup>2</sup> Dos "Lamas da Junqueira", proprietários da célebre Quinta da Cardiga em 1866 (data da sua venda), a cuja família pertencia o arqueólogo Artur Lamas, autor de estudos acerca da Rua da Junqueira. A quinta foi urbanizada na primeira metade do século XX.



Nacional (Fig. 6), fundada em 1771 na antiga praia de Belém, junto do forte de São João da Junqueira, e que, à época da construção do chafariz (1820-1823), se encontrava em período de reorganização sob a direção de Marino Miguel Franzini, a cuja ação se deveu a sobrevivência e modernização da manufatura. É, portanto, importante considerar a construção e implantação do chafariz, equipamento de grande impacto no espaço da cidade, no contexto da retoma de obras públicas, nomeadamente a par da recuperação do importante polo industrial que representava a fábrica da Cordoaria. O chafariz tem a mesma largura do edifício fabril, abrindo para o pátio de acesso ao portal N, sendo evidente a intencionalidade desta relação urbanística.

Em 1822, corria água no chafariz pela primeira vez, mas em pequena quantidade, porque a mina que a abastecia, localizada na zona do Alto de Santo Amaro, só dava duas "penas de água", medida de caudal equivalente a cerca de 1440 litros por 24h de abastecimento. No entanto, a obra só foi dada como concluída no ano de 1828, sendo, dez anos mais tarde, acrescentado ao chafariz um segundo caudal, descoberto na proximidade do rio Seco, que duplicou o débito para quatro penas de água. O ribeiro do rio Seco permaneceu a céu aberto até finais do século XIX ou inícios de 1900, correndo subterrâneo apenas por baixo da Rua da Junqueira, no local de uma antiga ponte que permitira a ligação entre Alcântara e Belém, que fora demolida quando a obra da Cordoaria determinou o calçetamento da via. Surgia já encanado na cartografia de 1909, incluindo no troço que, ultrapassando o edifício da Cordoaria, desaguava no Tejo.



Fig. 7 – Comparação entre a *Carta Topográfica de Lisboa* de Filipe Folque (1856-58) e a cartografia-base da CML (2021)

Os edifícios contíguos ao chafariz foram erguidos, tanto quanto a cartografia permite saber, apenas a partir da edificação deste equipamento. O mapa de Filipe Folque (1856-58) já regista áreas de construção idênticas às atuais enquadrando o monumento (Fig. 7):

Entretanto, Pierre-Joseph Pézerat, engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa encarregue do desenvolvimento de trabalhos referentes ao abastecimento e canalização de água na capital, escrevia, numa memória adicional a uma proposta feita em 1847 por Francisco Martins sobre o mesmo tema, que a cidade «não possui senão a sexta parte da agoa que lhe é necessária, não só para o consummo domestico, mas para a industria, a hygiene, a limpeza das ruas e dos canos»<sup>3</sup>. Esta escassez somava-se ao incipiente desenvolvimento de uma rede de abastecimento doméstico que mal abrangia as zonas mais centrais, não alcançando nenhuma das áreas limítrofes – como era o caso da Junqueira – que continuavam a depender, inteiramente, do recurso a captações locais.

Na década de 1850, após o malogro de diversas tentativas municipais para abrir concursos destinados a encontrar um fornecedor privado de água para a cidade, por incapacidade financeira da autarquia para levar a cabo obras da envergadura necessária, constituiu-se, finalmente, a Companhia das Águas de Lisboa, então obrigada a trazer para a cidade uma quantidade de água oito vezes superior à transportada até então pelo Aqueduto das Águas Livres (passando de 1.300 m<sup>3</sup> para 11.300 m<sup>3</sup> por dia). A concessão foi, no entanto, perdida em 1864, num momento de grande carência de água, retornando este serviço para a alçada do Ministério das Obras Públicas (MOP). Embora a CML tenha sempre tentado municipalizar o serviço, o MOP acabou por dirigir o planeamento do canal do Alviela e entregar a concessão da exploração da rede de água a uma nova Companhia das Águas de Lisboa, que se manteve nesse papel entre 1868 e 1974. Em meados do século XX, quando já não cumpria papel fundamental no abastecimento urbano, o chafariz passou a integrar a rede camarária. Pela mesma altura, e talvez em função das novas circunstâncias, procedeu-se ao arranjo urbanístico da envolvente do monumento, de que falaremos adiante.

Em 1986, a Junta de Freguesia de Alcântara (JFA) denunciou à Secretária de Estado da Cultura o furto de azulejos dos painéis das ilhargas do chafariz, nomeado Fontanário da Rua da Junqueira, situação que foi confirmada pelo então IPPC. Em 1991, o respetivo processo (86/3 (59) – CSP 20100) foi arquivado, com fundamento no facto do "fontanário" não ter sido objeto de proposta de classificação por parte de nenhum dos intervenientes (JFA e Museu do Azulejo), e ter, entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa repostos os azulejos em falta. A proposta de arquivamento referia, ainda, estar o Fontanário da Junqueira situado dentro da zona geral de proteção da Fábrica Nacional da Cordoaria, com procedimento de classificação então homologado pelo Secretário de Estado da Cultura. Em 2011, a JFA fez nova denúncia relativa ao furto de azulejos, então participado à polícia. O respetivo processo (86/3 (59) – CSP 20100) foi arquivado, por a comunicação da JFA se destinar meramente a dar conhecimento da situação.

<sup>3</sup> João Paulo da Costa AMADO, *O Saneamento em Lisboa entre 1852 e 1910: Espaço, Tecnologia, Vivência e Podoras*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à FCSH da FNL, setembro de 2020, p. 96.





## Descrição arquitetónica

Honorato José Correia de Macedo e Sá, que, a par de Henrique Guilherme de Oliveira, foi autor da maioria dos chafarizes construídos em Lisboa na primeira metade do século XIX, apresentou para o Chafariz da Junqueira um projeto de traça não excessivamente decorativista, correspondendo aos modelos então aprovados pelo governo, que favorecia os desenhos mais simples e de menor despesa. Embora de linguagem tardo-barroca (já algo anacrónica), o projeto evita os excessos da linguagem *rocaille*, tal como acontecerá com o Chafariz do Desterro, de esquema muito semelhante.

O Chafariz da Junqueira implanta-se «num recinto elíptico, elevado relativamente ao passeio público, pavimentado a calçada de calcário, aberto frontalmente e tendo, no perímetro exterior, quatro frades de cantaria, ligados por cadeia de ferro, protegendo a zona; junto ao chafariz propriamente dito, surgem mais dois frades de cantaria e um junto a cada um dos pilares laterais. A estrutura é composta pelo chafariz, ao centro, rodeado por dois panos laterais, curvos, percorridos por embasamento de cantaria, flanqueados, interiormente, por pilastras toscanas e, exteriormente, por pilares da mesma ordem arquitectónica, assentes em duas ordens de dados, os superiores mais estreitos, rematados por vaso "Tipo Médicis" e por pináculo piramidal, com os paramentos almofadados; os panos rematam em dupla cornija. Possuem um tratamento simétrico, parcialmente rebocados e pintados de branco, integrando revestimento de azulejo policromo (...)»<sup>4</sup>. Cada pano lateral é rasgado «por uma porta de verga recta e dupla moldura, assente em altos socos, rematada por frontão de lanços, sobrepujado por balaústre; o vão é protegido por uma folha de madeira almofadada, pintada de azul; possuem dois pares de bancos de cantaria, assentes em três pés do mesmo material» (Fig. 8).



Fig. 8 – Chafariz da Junqueira.

<sup>4</sup> In <http://www.monumentos.gov.pt>.



No centro da composição, o chafariz, do tipo caixa de água (Fig. 9), exibe frontal «em forma de espaldar rectangular, flanqueado por pilares toscanos, de fustes almofadados, rematando em elementos curvos e contracurvados, onde domina a decoração de acantos, concheados e enrolamentos. No espaldar inscrevem-se duas bicas boleadas, o esquema mais comum nos chafarizes de Lisboa, que vertem para tanque de planta contracurva e muro galbado, com bordo boleado, onde surgem dois pilares e régua metálicas para apoio de vasilhame. A estrutura remata em elemento curvo, flanqueado por enrolamentos e encimado por esfera armilar, contendo as armas reais (...). É flanqueado por duas alas curvas, onde se integram portas de verga recta, de acesso à caixa de água, com bancos de cantaria adossados, elementos comuns a todos os chafarizes flanqueados por alas curvas. (...) O espaldar possui apainelados, o superior com inscrição, identificando a data e âmbito de construção, e o inferior com decoração de acantos»<sup>5</sup>. O apainelado superior do espaldar ostenta a inscrição, incisa e avivada a preto "AGOAS LIVRES ANNO DE 1821" (Fig. 9).



Fig. 9 – Chafariz da Junqueira (espaldar).

À data da sua construção, os panos curvos que enquadram o monumento eram simples muros rebocados, como se pode ver na Fig. 3, e à semelhança do que se passava com outros chafarizes da época, caso dos chafarizes das Laranjeiras, hoje deslocado, ou de Santo António da Convalescença (Águas Boas), ambos dados a Honorato de Macedo e Sá (Figs. 10 e 11). Numa foto de c. 1944, é já possível ver a zona inferior dos muros revestida por um lambril de azulejo de padrão (Fig. 12).



Fig. 10 – Chafariz das Laranjeiras na sua localização original, 1944 (Eduardo Portugal, AML).

<sup>5</sup> Idem.

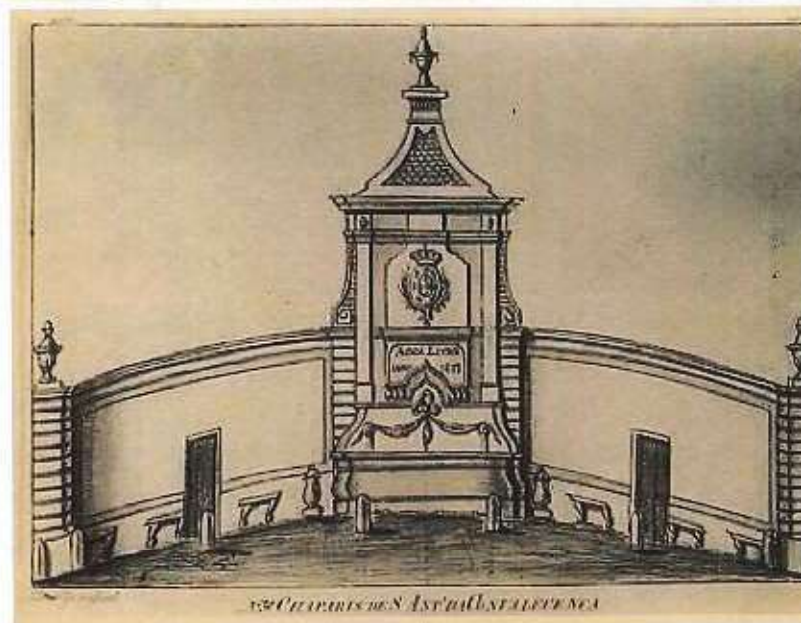
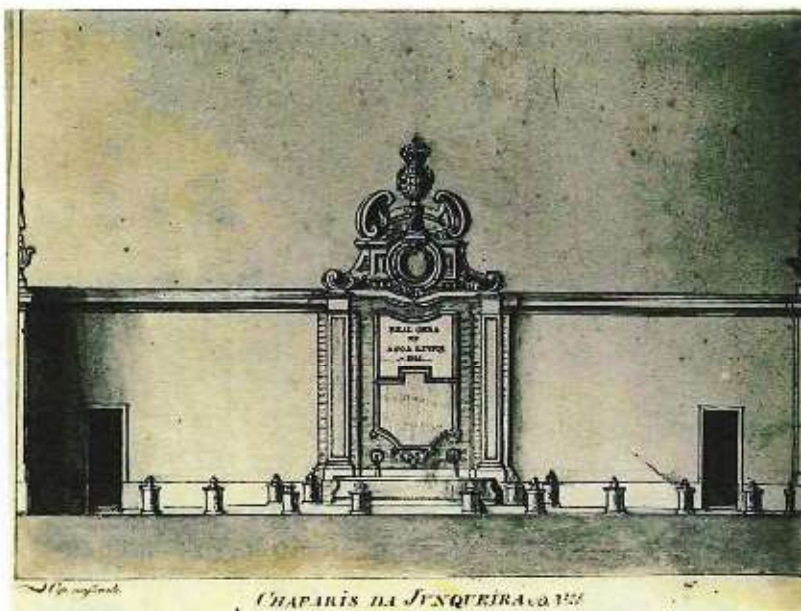


Fig. 11 – Chafarizes da Junqueira (em finais do século XIX) e de Santo António da Convalescência (gravura de Luiz Gonzaga Pereira, meados do século XIX, e chafariz na atualidade).

Este revestimento azulejar foi, certamente por volta da mesma altura, substituído pelo atual, certamente na sequência da intervenção de arranjo urbanístico da envolvente, segundo projeto do arquiteto Raul Lino<sup>6</sup>, datada dos anos 40.

<sup>6</sup> Idem.

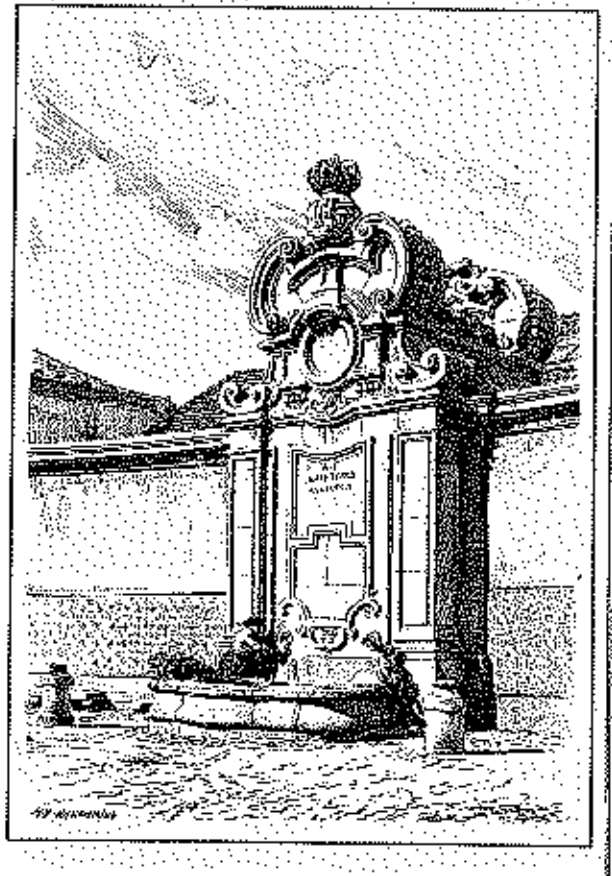
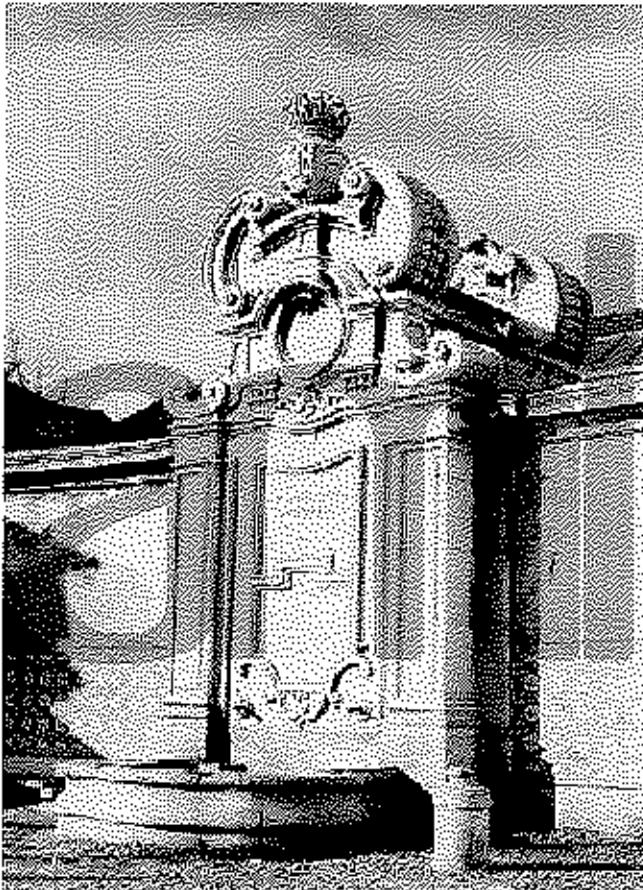


Fig. 12 – Chafariz da Junqueira em c. 1944 (AMt.), e postal ilustrado editado em 1953 (desenho de A. Taborda).

Os azulejos então colocados, executados por Mário Reis na Fábrica Viúva Lamego, conforme inscrições constantes dos mesmos (Fig. 13), foram identificados como sendo os mesmos que ornavam o pavilhão de Portugal na *Exposición Ibero-Americana* de 1929<sup>7</sup>, visíveis em notícia dada no jornal *O Notícias Ilustrado* n.º 36, série II, fevereiro de 1929 (Fig. 14), e em imagens do mesmo pavilhão constantes de uma filmagem da época (Fig. 15). Assim, podemos dar a Raul Lino a iniciativa de utilizar estes azulejos no arranjo do chafariz, numa altura em que o pavilhão concebido pelos irmãos Rebelo de Andrade era já, e desde 1930, sede do Consulado de Portugal em Sevilha, com as paredes desguarnecidas de silhares, que agora sabemos terem sido trazidos de volta para o país e reaproveitados (e parcialmente substituídos nas últimas décadas, como também se sabe).

<sup>7</sup> Cfr. Amparo Graciani GARCIA, *La Participación Internacional y Colonial en la Exposición Iberoamericana de Sevilla de 1929*, Sevilha, 2010.



Fig. 13 – Detalhes dos painéis de azulejos do Chafariz da Junqueira.



Fig. 14 – Detalhe d'O Notícias Ilustrado n.º 36, série II, fevereiro de 1929.



Fig. 15 – Frames do documentário acerca do Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de 1929, com a localização dos azulejos em realce.

Uma fotografia de 1959 (Fig. 16) mostra já estes silhares de azulejos (Fig. 17), caracterizados como «de expressão revivalista, neorococó, coadunando-se com os elementos do chafariz», «com rodapé e fundo em "pedra torta", o rodapé de tonalidade verde e o fundo amarelo, corrido por friso estreito, em azul cobalto, que enquadram quatro apainelados, os exteriores mais estreitos e todos recortados superiormente, assentes em falso embasamento composto por entrelaçado. Os painéis são rectilíneos, alguns assinados,

recortados inferiormente por decoração de acantos e concheados, e curvos na zona central, dando lugar a pequena roseta; contém cartela elíptica, composta por enrolamentos, acantos e concheados, contendo cena monocroma sobre fundo branco, a manganês, representando aves de vários portes, inseridas em fundos de paisagem. Superiormente, o painel interrompe-se para dar origem ao remate, composto por "ferronerie", onde se enroscam acantos, encimados por enrolamentos, concheados, acantos e pingentes, formando um falso espaldar, criando um elemento recortado»<sup>8</sup>.



Fig. 16 – Chafariz da Junqueira em 1968 (Armindo Seródio, AML).

No que respeita aos episódios de roubo de azulejos, permitindo saber que parte dos silhares atuais resulta de reconstituições contemporâneas, constata-se que, em 1986, os elementos em falta se situavam «na zona mais elevada do revestimento das paredes», conforme relatório técnico do mesmo ano, enquanto as fotos de 2011 mostram a perda de um painel quase completo na ilharga à esquerda do fontanário (Fig. 18).

<sup>8</sup> In <http://www.monumentos.gov.pt>.



Fig. 17 – Aspectos dos silhares de azulejos do Chafariz da Junqueira, atribuíveis a Mário Reis e produzidos na Fábrica Viúva Lamego em 1929, para o Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana do mesmo ano.



Fig. 18 – Fotos enviadas pela JFA em 2011, mostrando o furto de um silhar quase completo do Chafariz da Junqueira.

Por fim, na parte posterior do chafariz encontra-se a arca de água, escondida pelo esquema das alas curvas, tal como acontece na maioria dos chafarizes atribuídos ao risco de Honorato de Macedo e Sá (Fig. 19).



Fig. 19 – Chafariz da Junqueira, modelo em 3D, Carlos Faustino. In <https://sketchfab.com/3d-models/chafariz-da-junqueira>





## Conclusão

Embora o Chafariz da Junqueira se encontre, como vimos atrás, integralmente abrangido pela zona especial de proteção conjunta da Capela de Santo Amaro, da Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, do Palácio Burnay e da sala designada «Salão Pompeia» no antigo Palácio da Ega e pela zona especial de proteção do Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria, estando ainda parcialmente abrangido pela zona geral de proteção da Quinta das Águias, o seu interesse patrimonial, *per si*, não é menor do que o de outros chafarizes mais ou menos coevos e já classificados, de que é exemplo o Chafariz do Desterro, do mesmo arquiteto.

De resto, o Chafariz da Junqueira faz parte de um conjunto de monumentos que merecem análise do ponto de vista patrimonial, caso dos chafarizes de Santo António da Convalescença ou das Laranjeiras, sendo, ainda, de ter em conta que nem este último, nem o fontanário em apreço, eram abastecidos pelo Aqueduto das Águas Livres, pelo que, para além de constituírem casos singulares, não estão incluídos na proteção legal daquele monumento.

Para além do esquema arquitetónico original, merece ainda consideração a intervenção de requalificação atribuída a Raul Lino, da qual resultou o aspeto atual do chafariz, com evidente carga ornamental acrescida, apesar de parte dos silhares resultarem de intervenções contemporâneas posteriores a dois episódios de furto.

## 5. PARECER

### Fundamentação da proposta de classificação

Foram analisados os elementos da instrução da proposta de classificação, com base nos critérios genéricos de apreciação preconizados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como nos valores que o interesse cultural relevante de um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia.



Assim, foram considerados:

- a) O interesse artístico e arquitetónico do chafariz em si mesmo, que configura um exemplar bastante interessante no conjunto dos chafarizes lisboetas coevos, seguramente qualificador do espaço urbano envolvente, atualmente consideravelmente descaracterizado, e bem exemplificativo da carga monumental assumida por estes equipamentos dentro das cidades;
- b) O interesse do seu programa decorativo atual, particularmente no que respeita aos silhares de azulejos da autoria de Mário Reis/Fábrica Viúva Lamego, cuja conceção anacrónica (revivalista, neorrocó) se compreende melhor quando sabemos que foram concebidos para o Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de 1929, e cujo reaproveitamento no local terá sido guiado pela mão de Raul Lino;
- c) A sua relação com a história do abastecimento de água a Lisboa, sobretudo tendo em conta que, embora resultando da iniciativa da Junta das Águas Livres, não faz parte do sistema de distribuição do Aqueduto das Águas Livres, não se encontrando abrangido pela sua proteção, e configurando, desta forma, um caso menos comum no conjunto dos chafarizes monumentais coevos de Lisboa;
- d) O facto de se encontrar classificado pelo menos mais um fontanário com a mesma autoria, tipologia, cronologia e contexto (o Chafariz do Desterro), existindo outros, na mesma situação, que também poderão merecer esta distinção, caso dos chafarizes de Santo António da Convalescença e das Laranjeiras, este último igualmente independente do Aqueduto das Águas Livres

## 6. PROPOSTA DE DECISÃO

No âmbito da proteção do património cultural, e atendendo à análise feita, propomos a abertura do procedimento de classificação do Chafariz da Junqueira, na Rua da Junqueira, entre os n.ºs 154 e 156, Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo.

À consideração superior,

Sílvia Leite


Técnica superior

# Chafariz da Junqueira

Lisboa

Freguesia de Alcântara

Concelho de Lisboa

 Proposta de delimitação do monumento a classificar (em estudo)

 Zona geral de proteção a criar (ZGP)

